



## **O (sub)imperialismo: Lênin, Marini e o debate contemporâneo**

Natan dos Santos Rodrigues Júnior<sup>1</sup>

Epitácio Macário Moura<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo estuda as relações entre o subimperialismo brasileiro - conceito formulado por Ruy Mauro Marini no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD) - e a Teoria Marxista do Imperialismo (TMI), tendo por base a formulação de Lênin. O conceito mariniano expressa a realidade de uma economia dependente que alcançou o estágio do capital monopolista e financeiro e que, por isto, exerce funções imperialistas sobre economias menos industrializadas. Este é, atualmente, o caso do Brasil, cujo processo de integração às dinâmicas econômicas mundiais repõe, simultaneamente, as históricas relações de dependência das economias centrais e de dominação sobre outros países do sul global. A atualidade do conceito mariniano é discutida com base em autores nacionais como Virgínia Fontes e Mathias Seibel Luce.

**Palavras-chave:** Imperialismo; dependência; subimperialismo brasileiro.

## **El (sub) imperialismo: Lenin, Marini y el debate contemporáneo**

### **Resumen**

El artículo constituye un estudio de las relaciones entre el subimperialismo brasileño – concepto creado por Ruy Mauro Marini en sus estudios de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) - y la Teoría Marxista del Imperialismo (TMI), basada principalmente en la formulación de Lenin. El concepto mariniano expresa la realidad de una economía dependiente que alcanzó la etapa del capital monopolista y financiero y que, por ello, ejerce funciones imperialistas sobre economías menos desarrolladas. Es este el caso do Brasil en le momento actual, cuyo proceso de integración a las dinámicas económicas mundiales restablece, al mismo tiempo, las históricas relaciones de dependencia de las economías centrales y de dominación sobre otros países del sur global. La actualidad del concepto mariniano se discute en dialogo con los estudiosos brasileños Virgínia Fontes y Mathias Seibel Luce.

<sup>1</sup> Bolsista vinculado ao CNPq e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina – RUPAL/UFC e do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS/UECE. Professor e pesquisador de temas sobre relações de trabalho, América Latina e Teoria Marxista da Dependência – TMD. E-mail: natan.srj@gmail.com

<sup>2</sup> Professor de Economia Política do Curso de Serviço Social da UECE. Coordenador do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS. E-mail: epitacio.macario@gmail.com

**Palabras clave:** Imperialismo; la dependencia; subimperialismo brasileño

### **The (sub) imperialism: Lenin, Marini and the contemporary debate**

#### **Summary**

The article studies the relations between brazilian sub-imperialism – concept formulated by Ruy Mauro Marini in the context of Marxist Theory of Dependence (MTD) – and the Marxist Theory of Imperialism (MTI), based in Lenin’s formulation. The mariniiano’s concept express the reality of a dependent economy that reaches the monopolist and financial capital stages and, because of this, exercises imperialism functions on less industrialized economies. This is currently the case of Brazil, whose the integration process with global economic dynamics restores, simultaneously, the historical dependency relations of central economies and the domination over others south world countries. The actuality of mariniiano’s concept is debated based on national authors as Virgínia Fontes e Mathias Seibel Luce.

**Keywords:** Imperialism; dependency; brazilian sub-imperialism.

#### **Introdução**

A Teoria da Dependência, que surgiu na América Latina na segunda metade dos anos 60 do século XX, visava dar uma resposta aos novos desafios colocados aos países latino-americanos, sobretudo em relação as recentes configurações do desenvolvimento destes países que se inseriam na base da pirâmide da divisão internacional do trabalho. Tratava-se “de uma vigorosa crítica à ideologia nacional-desenvolvimentista – amplamente amparada nas formulações teóricas da CEPAL – e à teoria da modernização sustentada pelo PCB, que mirava para a particularidade das formações capitalistas da América Latina (AL)” (MACÁRIO; RODRIGUES JR, 2013, p. 46).

Ao fazerem uma releitura do papel dos países periféricos no sistema capitalista internacional, os teóricos da dependência buscavam uma formulação que desse conta das particularidades constitutivas do capitalismo dessas nações, com foco nas transformações socioeconômicas ocorridas na América Latina. Na perspectiva de um dos seus principais formuladores, a Teoria da Dependência é um:

[...] esforço crítico para compreender a limitação de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (DOS DANTOS, 1998, p. 9).

A grande entrada de capital estrangeiro, em especial estadunidense, na região foi um dos vetores que operaram a integração – subordinada e dependente! – das economias latino-americanas ao circuito da produção e circulação de capitais, que se processa em escala mundial. Este processo se intensificou principalmente a partir da 2ª Guerra Mundial e, embora tenha estimulado a industrialização das economias locais, repôs sobre novas bases as relações de dependência.

Formulado no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD), da qual Rui Mauro Marini (1932-1997) foi um dos principais estudiosos, o conceito de *subimperialismo* foi desenvolvido no final dos anos 1960 e ao longo da década seguinte. A teoria do subimperialismo pretendia explicar as transformações econômicas, políticas e sociais do Brasil, sob a ditadura tecnocrática-militar<sup>3</sup>, que o colocaram em uma relação de dominação sobre, principalmente, os países da região – notadamente aqueles de baixo dinamismo industrial.

Nesse período, o processo de acumulação de capital, mediado pelo regime ditatorial, alçou o Brasil ao patamar de economia dominada pelos monopólios e pelo capital financeiro. Uma vez alcançado esse degrau intermediário, o capitalismo brasileiro manteve sua dependência estrutural em relação ao capitalismo central, ao mesmo tempo em que passou a exercer importante domínio sobre nações em estágio industrial inferior, principalmente na América do Sul. A esta situação de elo intermediário da dominação imperialista Rui Mauro Marini denominou de subimperialismo brasileiro.

Para Marini (2012), a etapa subimperialista consistia não apenas em uma resposta às contradições internas da economia brasileira e da luta de classes no país, mas também dizia respeito ao lugar estratégico que o Brasil passava a ocupar na garantia da reprodução da hegemonia dos Estados Unidos (EUA) na região. Aos mecanismos econômicos pelos quais países industrialmente mais evoluídos interferem nas nações de patamares inferiores de industrialização, somaram-se elementos de ordem política, que contribuíram para manter a estabilidade na América Latina, segundo os interesses do império do Norte, em um contexto internacional marcado pela Guerra Fria.

Nesse artigo, estudamos as categorias imperialismo e subimperialismo tal como expostas, respectivamente, por Lênin (2012) e Marini (1977; 2005; 2012), além de refletirmos sobre sua atualidade à luz das pesquisas de Virgínia Fontes e de Mathias Seibel Luce. Para

<sup>3</sup>Expressão usada por Marini para destacar que o golpe de 64 não foi obra apenas de uma quartelada militar, uma vez que, para o seu sucesso, houve um complexo jogo de interesses internos e externos ao país, a fim de garantir o ingresso do Brasil em uma nova etapa de seu desenvolvimento econômico por meio de uma estratégia contrarrevolucionária para o continente.

tanto, iniciamos o trabalho repondo a discussão sobre o imperialismo na obra de Lênin (1870-1924), *Imperialismo - estágio superior do capitalismo*. Em seguida, discutimos a categoria subimperialismo, tal como formulada por Marini (1977; 2012) e, finalmente, dialogamos com Virgínia Fontes (2010) e Mathias Seibel Luce (2007; 2011; 2014) sobre a validade de tais categorias em face da realidade do capitalismo brasileiro.

### **A Teoria Marxista do Imperialismo (TMI)**

As transformações operadas no mundo capitalista a partir de fins do século XIX foram estudadas por diversos autores das mais variadas vertentes ideológicas, desde os apologistas do sistema até os que aliavam sua crítica teórica à perspectiva de transformação revolucionária da sociedade. Para alguns, inclusive do campo da esquerda, essas transformações eram tão profundas que alteravam substancialmente o sistema capitalista, a tal ponto que as ideias de Marx e Engels, válidas para o estudo do capitalismo no século XIX, teriam muito pouco a dizer sobre o novo momento e o devir do sistema no século XX. O cientista político Marcos Del Roio (2007) assim descreve esse momento:

A formulação crítica reformista tende a observar a política imperialista como um desvio ou uma deformação temporária do processo civilizatório capitalista, que deveria ser corrigido, até para que se preservasse o potencial democrático, supostamente contido na ordem burguesa. A leitura reformista do imperialismo está vinculada ao debate iniciado na Alemanha, no seio do movimento socialista, em torno das idéias de Bernstein sobre a necessidade de revisão da teoria socialista marxiana por conta das importantes novidades trazidas pelo desenvolvimento capitalista recente (DEL ROIO, 2007, p. 33).

Autores como Lênin (1870-1924), Rosa Luxemburgo (1871-1919), Hilferding (1877-1941) e Bukhárin (1888-1938) se encarregaram de demonstrar o erro destas previsões e a atualidade das formulações marxianas, com enfoco no desenvolvimento para a análise do capitalismo na fase imperialista. Para Lênin, “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo geral. [...] O que há de fundamental nesse processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (LÊNIN, 2012, p. 123).

Em sua clássica obra *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, publicada em 1917, Lênin sintetiza as principais contribuições dos marxistas para o debate do imperialismo, imprimindo a sua concepção própria e apontando, inclusive, estratégias para o devido enfrentamento do capitalismo nessa fase. Esse é um dos elementos que destaca Lênin no conjunto dos teóricos revolucionários: a inigualável capacidade de pensar os principais

problemas do seu tempo sob rigoroso procedimento teórico-metodológico, apropriado da obra marxiana e marxista, sem descuidar, todavia, dos traços particulares do contexto histórico.

Vemos que toda a formulação do pensador e revolucionário russo tem por motivação o entendimento das contradições com o fim de transformá-las revolucionariamente. A respeito desse entendimento, Györg Lukács, importante filósofo marxista, explica que “a superioridade de Lênin consiste – e esta é uma proeza teórica sem igual – *em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente*, transformando a economia da nova fase em um fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então” (GYÖRG LUKÁCS, 2012, p. 61).

Lênin (2012) enuncia a particularidade histórica do imperialismo e seus fundamentos socioeconômicos, estabelecendo, inclusive, de forma precisa, as causas econômicas da 1ª Guerra Mundial (1914-1918)<sup>4</sup>. Caracteriza, assim, o imperialismo como uma etapa determinada do desenvolvimento capitalista, quando este atinge a fase dos *monopólios* e da dominação do *capital financeiro*.

Segundo o autor, o capital financeiro é formado na fusão entre o capital bancário e o capital industrial, sob a hegemonia do primeiro. Ressalta, ainda, que “o século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (LÊNIN, 2012, p. 74). É nesse processo, em que se interpenetram os monopólios na produção industrial e o capital bancário, que se consolida a dominação internacional da *oligarquia financeira*.

A acirrada concorrência entre os capitalistas exigia somas cada vez mais elevadas de capital-dinheiro investidas na produção e na circulação, numa busca frenética por superlucros advindos do aumento da produtividade, da redução do preço individual das mercadorias, do encurtamento do tempo de rotação do capital. Isso, gerou um aumento dos gastos com capital constante<sup>5</sup> para a produção ampliada de mercadorias, o que redundou na regular elevação da composição orgânica do capital<sup>6</sup>. A fusão com os grandes bancos, única forma de se ter

<sup>4</sup> Confronto que logo ganhou caráter global, resultante da disputa inter-imperialista por mercados e matérias-primas. Envolveu grandes potências que se organizaram em duas alianças opostas: a “Tríplice Entente” ([Inglaterra](#), [França](#) e o [Império Russo](#)) e a “Tríplice Aliança” ([Alemanha](#), [Áustria-Hungria](#) e [Itália](#)).

<sup>5</sup> Segundo Marx (1983, p. 171), o capital constante é “a parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante.”

<sup>6</sup> De acordo com Netto e Bras (2006, p. 102) “A relação entre capital constante e capital variável denomina-se **composição orgânica do capital (q)** e se expressa pela fórmula  $q = c/v$ . Essa relação varia conforme os diversos ramos industriais, assinalando o maior ou menor grau de mecanização/automatização das empresas, e varia também historicamente, segundo a crescente aplicação dos avanços científico-tecnológicos à produção. Diz-se que é

acesso a tão elevado montante de capital-dinheiro, passou a ser vital para a expansão da produção industrial e a reprodução ampliada do capital.<sup>7</sup>

O desenvolvimento do capital monopolista, portanto, era fruto da intensificação da concorrência nacional e internacional entre vários produtores, levando a uma ampla *concentração*, que se refere ao aumento de gastos com capital constante na produção; e *centralização* do capital, a qual diz respeito às fusões e aquisições que darão origem a enormes blocos de capital através de sociedades anônimas.

O auge da era do capitalismo de livre concorrência teria se encerrado com a crise de 1873, passando a um período de transição, em que se combinou livre concorrência com o início da formação dos monopólios. Esse foi o período de ascensão de potências capitalistas tardias como a Alemanha e os EUA, desejosas de também se apropriarem da riqueza e dos mercados das colônias – o que já era prática antiga da Inglaterra e da França. O resultado foi o acirramento da corrida pela partilha do mundo, que implicaria no acirramento dos conflitos entre estas nações, redundando na 1ª Guerra Mundial. Essa fase de transição se encerra com a crise de 1900 e, doravante, tem-se o início do pleno predomínio do capital monopolista e da deterioração do velho imperialismo britânico.

Para Lênin (2012), “o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo atual, no qual impera o monopólio, é a exportação de *capital*” (LÊNIN, 2012, p. 93). O capital é exportado dos países imperialistas para as colônias devido à emergência de crises de acumulação nos países centrais. Esse impulso vindo do centro do sistema rumo à periferia combinou-se com interesses internos das burguesias domésticas, pondo em marcha o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial nalgumas nações, como foi o caso do Brasil, do México, da Argentina e do Chile – para citar os latino-americanos de maior potência industrial.

O capital exportado para as colônias e/ou países dependentes impôs elevadas taxas de exploração do trabalho local e repartiu com os países centrais os imensos lucros produzidos ali, possibilitando o uso desses recursos para “formar camadas privilegiadas também entre os operários”, subornando suas direções sindicais e criando uma verdadeira *aristocracia*

---

**alta** a composição orgânica do capital quando é maior a proporção do capital constante e **baixa** quando é maior a do capital variável.”

<sup>7</sup>“A forma típica da reprodução no MPC (modo de produção capitalista) é a reprodução ampliada (ou alargada). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pela capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.)” (NETTO; BRAS, 2006, p. 125)

*operária*, “a fim de separá-las das grandes massas do proletariado” (LÊNIN, 2012, 145).<sup>8</sup> Esse processo visa a amortecer a luta de classes no interior dos países imperialistas, ao ponto em que “a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolúvelmente vinculada à luta contra o oportunismo” (LÊNIN, 2012, p. 169).

Outra contribuição de Lênin foi perceber que a luta inter-imperialista pela partilha do mundo em colônias e áreas de influência e a necessidade de exportação de capitais levou a uma crescente militarização do Estado burguês, fazendo crescer enormemente a indústria bélica como um lucrativo espaço de acumulação e tornando as guerras inevitáveis.

A fase imperialista que surgiu com o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945)<sup>9</sup> repôs em novas bases a divisão internacional do trabalho e implementou as condições históricas para o surgimento do subimperialismo, através do financiamento direto do capital estrangeiro à indústria de alguns países periféricos. Isso se explica pelo montante de capitais excedentes concentrados em empresas monopolistas nos países centrais, poucos anos após a Segunda Guerra, que exigiam escoamento rumo às periferias que estavam em condições de oferecer altas taxas de retorno aos investimentos, bem como se apresentavam como elos estratégicos da dominação do imperialismo mundial.

Com o grande esforço de guerra, desenvolveu-se enormemente a indústria pesada nos países centrais e, após a guerra, surgiu a necessidade de criar mercado para as plantas industriais e aparatos tecnológicos, que, diga-se de passagem, já estavam obsoletos em países como EUA, Alemanha e Japão. De acordo com Marini (2005, p. 174), as tecnologias que respondem por etapas inferiores da produção industrial foram transferidas amplamente para os países latino-americanos, enquanto os setores de ponta continuavam como monopólios dos países centrais. Vivíamos uma nova configuração da divisão internacional do trabalho, já sob a liderança dos Estados Unidos e com uma nova hierarquização das nações. O autor afirma que, “indo ainda mais longe, pode-se distinguir na economia internacional escalões, nos quais

<sup>8</sup> O desdobramento do imperialismo analisado por Lênin condicionou, nas décadas posteriores, a combinação dialética de extração de riquezas e imposição de iníquas taxas de exploração dos trabalhadores dos países periféricos em proveito do crescimento econômico e da melhoria dos salários diretos e indiretos dos trabalhadores dos países centrais. À luz dessa perspectiva totalizadora, que a teoria marxista do imperialismo oferece, é possível explicar como os famosos “anos gloriosos” do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial só puderam ocorrer sobre a base da expatriação de recursos de grande monta das economias periféricas. E a melhoria de condições de vida dos trabalhadores nos países centrais teve como uma das bases a superexploração das massas trabalhadoras da periferia. Essa relação dialética de avanço relativo sobre a base de retrocesso histórico é cabalmente demonstrada por Ruy Mauro Marini.

<sup>9</sup> Guerra mais abrangente da história e ocasionada pelas disputas inter-imperialistas das grandes potências, considerada por muitos historiadores como uma continuidade da 1ª Guerra Mundial. Formaram-se duas grandes alianças opostas e beligerantes: os Aliados (União Soviética, EUA, França e Inglaterra, dentre outros países) e o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A guerra terminou com a vitória dos Aliados em 1945, ao derrotarem o nazifascismo, alterando assim significativamente o alinhamento político e a estrutura social mundial.

vão sendo recolocados não só os novos países industriais, mas também os antigos” (MARINI, 2005, p. 174).

### O subimperialismo brasileiro

Partimos da definição de subimperialismo talhada por Marini como “la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero” (1977, p. 17). O autor retoma a formulação leniniana de imperialismo operando uma identidade abstrata entre as duas categorias ou conceitos. Isso exige um esforço de desdobramento com o fim de captar as diferenças internas entre eles, alcançando as particularidades caracterizadoras do subimperialismo brasileiro. Sobre a produção de conhecimento no método marxista, Lukács (1978) explica que:

[...] a aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imeditividade são postas à luz. (LUKÁCS, 1978, p. 106)

Procedendo dessa maneira, não se faz mais que justiça à perspectiva metodológica que orienta os dois autores – Lênin e Marini, visto que é pela captura da particularidade dos fenômenos que o conhecimento científico se produz.

Segundo Marini (2005), a economia das sociedades dependentes teria se desenvolvido a partir de um modo particular de extração de mais-valia, mediante o qual uma parte do fundo necessário à reprodução da força de trabalho era sistematicamente apropriada pelo capital, fazendo com o que o trabalho fosse remunerado abaixo de seu real valor, configurando uma *superexploração do trabalho*<sup>10</sup>. Esse seria um mecanismo de compensação interna da burguesia doméstica, tendo em vista as constantes transferências de valor da periferia para o centro, consequência das *trocas desiguais*.<sup>11</sup> *In verbis*:

<sup>10</sup> Marcelo Carcanholo (2013) afirma ser mais correto falar em *superexploração da força de trabalho*, já que o capital se apropria, na primeira fase da circulação, da mercadoria força de trabalho, explorando-a por um determinado tempo (jornada de trabalho), durante o qual esta realiza seu valor de uso (o trabalho). A especificidade da mercadoria força de trabalho é a capacidade de produzir, durante seu consumo, um valor a mais (mais-valia) do que o necessário para reproduzi-la, daí seu caráter especial (MARX, 1983). Seguindo a observação de Carcanholo (2013), de agora em diante, ao utilizarmos a categoria de Marini, nos referiremos à *superexploração da força de trabalho*, à exceção das passagens em que utilizamos citação direta do autor.

<sup>11</sup> Segundo Marini (2005, p. 152), as trocas desiguais ocorrem mediante “[...] o mero fato de que umas produzem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual”.

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica. (...) Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual ‘o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital’, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2005, p. 154).

Ainda refletindo sobre a superexploração da força de trabalho, Marini arremata, ao afirmar que, “em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (*op. cit.*, 2005, p. 157). Essa situação acarretaria uma *cisão da circulação brasileira*, com o surgimento de uma *esfera baixa* de consumo – em que se reproduzem as amplas massas da população trabalhadora sob condições depauperadas – e uma *esfera alta* – na qual prevalece o consumo de prestígio realizado por uma elite muito reduzida. Consoante a essa percepção, o consumo popular jogaria pouco peso na dinâmica econômica das sociedades dependentes.

A industrialização brasileira reproduziu todas as características típicas da dependência: *superexploração da força de trabalho*, *trocas desiguais* e *cisão da circulação*. Porém, a vinculação de nossa economia ao imperialismo – intensificada desde a década de 1950, com a grande entrada de capitais vindos, em especial, dos EUA – resultou em uma integração *sui generis* aos circuitos internacionais de produção, que daria ao Brasil posição superior em relação a várias nações latino-americanas. Esse processo acelerou nossa industrialização, ainda que de forma dependente, de tal maneira que se formaram, no Brasil, grandes grupos monopolistas associados (*diferenciação interna da burguesia*) e uma hegemonia do capital financeiro. Dessa maneira, a associação subordinada do Brasil ao imperialismo criava as condições do subimperialismo.

Com efeito, uma das necessidades principais que fez a indústria no Brasil voltar-se para o mercado externo, via política subimperialista, é a impossibilidade de realização plena de suas manufaturas no mercado interno – mormente os bens suntuários que, todavia, constituem o setor mais dinâmico da economia. Essa insuficiência do mercado interno repousava, conforme Marini, no fato de que a reprodução do capital no Brasil tinha como um dos suportes a superexploração do trabalho, a reprodução da pobreza em índices alarmantes e o conseqüente rebaixamento das condições de consumo das massas trabalhadoras. Por via de conseqüência, parte importante das mercadorias aqui produzidas não encontrava condições

internas para sua realização, razão porque o escoamento para outros mercados de países menos desenvolvidos industrialmente era uma necessidade imperiosa.

À época, os críticos de Marini refutaram essa ideia, invocando, precisamente, a clássica formulação leniniana segundo a qual o imperialismo não se caracteriza pela exportação de mercadorias, mas de capitais. A essa crítica, Marini respondeu de forma categórica:

[...] a característica central do imperialismo não é a exportação de manufaturas ou de capital, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Essas são, na verdade, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar para a fase dos monopólios e do capital financeiro [...]. Seria útil, nesse sentido, ter presente o acelerado processo de monopolização – via concentração e centralização do capital – ocorrido no Brasil nos últimos dez anos, assim como o extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968 (MARINI, 2012, p. 36).

A busca de mercados externos para as mercadorias e também para os capitais acumulados nos setores mais avançados da economia brasileira é, portanto, a manifestação da chegada antecipada da economia local ao estágio do monopólio e do predomínio do capital financeiro. Some-se a isso a cisão do mercado interno entre uma elite reduzida com grande poder de consumo e as massas do povo rebaixadas ao consumo de subsistência. No seu conjunto, estes fenômenos formam a base do subimperialismo. Seria possível invocar Lênin (2012) em amparo ao ponto de vista de Marini, quando afirma que:

Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois por um lado o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundidos com o capital de grupos monopolistas industriais e, por outro, a partilha é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido (LÊNIN, 2012, p. 124).

Essas passagens são importantes para podermos definir a essência do imperialismo e suas manifestações fenomênicas, recorrendo à distinção entre *essência* e *aparência* do método marxiano. Isso quer dizer que o fundamental para entender o imperialismo, sua essência, são as transformações operadas nas economias centrais quando essas passam ao domínio do capital monopolista e financeiro. A compreensão da função econômica e política que países como o Brasil exercem sobre a região, notadamente sobre países em nível mais baixo de industrialização, deve apoiar-se, também, nos pressupostos do imperialismo – tal como posto por Lênin – mas tem de ir além: tem de capturar as particularidades com que países como o

Brasil sofrem por meio de determinações do imperialismo mundial e, ao mesmo tempo, exercem influência sobre as nações da região. Nas palavras de Marini (2012, p. 37):

A teoria do imperialismo [...] é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que esse estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao *imperialismo*, e não ao *subimperialismo*.

Dito isso, resta-nos saber em qual medida esses dois fenômenos se diferenciam. Marini, além de destacar a importância crescente do capital privado no processo de exportação de capitais, impulsionado pela expansão imperialista pós-1945, observa também que, no subimperialismo brasileiro, a exportação de capitais se dá de forma associada a grupos financeiros estrangeiros, mas principalmente a partir do Estado, através de empresas como a Petrobras, ou mediante aumento de empréstimos públicos ao exterior, sendo esta uma *forma particular de exportação de capitais*, possível em um contexto de dependência (MARINI, 2012).

O autor questiona, ainda, se seria possível que o aumento das exportações brasileiras tenha se dado “sem uma agressividade crescente no exterior por parte do capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil” (MARINI, 2012, p. 34). A própria política intervencionista que o regime tecnocrático-militar manteve na região latino-americana parece responder de forma negativa a essa indagação. O autor relata, ainda, o propósito que o Brasil teria em garantir áreas de influência, dentro da partilha do mundo que imperava na época, e impor sua hegemonia regional no Atlântico Sul (MARINI, 2012).

Um aspecto importante explorado por Marini é que a internacionalização do capital não implicou no desaparecimento ou mesmo enfraquecimento do Estado nacional nos países dependentes, mas, ao contrário, levou ao reforço deste. No processo de integração dos sistemas de produção dos países dependentes ao imperialismo, o Estado teria o papel não apenas de garantir a demanda interna e possibilitar a realização do capital, mas também de “asegurar campos de inversión en el exterior, mediante operaciones de las empresas estatales, créditos intergubernamentales o garantías a operaciones privadas em países de América Latina y Africa” (MARINI, 1977, p. 19).

O Estado atuaria, nesse processo, por meio da garantia das condições de acumulação de capital, não apenas pela agregação de demanda interna via obras de infraestrutura, dentre outros gastos, mas também através da manutenção de condições políticas adequadas – inclusive as referentes ao controle ditatorial do conflito social e das demandas salariais. Além disso, ao Estado nacional dos países dependentes caberia outro importante papel: transformar-

se em um elemento intermediador entre as burguesias locais e o imperialismo. Nas palavras de Marini (1977):

[...] precisamente por asumir conscientemente la decisión de someterse a la tendencia integradora que le imponen los centros imperialistas, la burguesía de los países dependientes necesita concentrar y organizar sus fuerzas para hacerlo con provecho. Sus desventajas ante la burguesía imperialista son demasiado grandes para que ella quiera ir directamente a la negociación con ésta, y es por lo que opta por el reforzamiento del Estado nacional como instrumento de intermediación (1977, p. 21).

Este necessário reforçamento do Estado nacional e o papal de “ordenar e arbitrar a vida econômica”, ainda que de forma subordinada ao imperialismo, garante uma situação que Marini define como “autonomia relativa” frente aos grupos capitalistas (*op. cit.*, 1977, p. 21). Ora, a mesma necessidade que põe ao Estado dos países dependentes a condição de força mediadora importante das relações das burguesias locais com o imperialismo, fornece musculatura ao aparato estatal dos países subimperialistas para agirem sobre as nações menos desenvolvidas – como de fato fez o Brasil em relação à América do Sul e à África do Sul. Ora, a hegemonia regional do Brasil na América Latina se fez à base de uma *cooperação-antagônica*<sup>12</sup> com o imperialismo, mostrando-se funcional aos planos dos EUA de estabilização da região no contexto de Guerra Fria<sup>13</sup>.

Nossa tentativa de fundar o subimperialismo brasileiro nas condições mais gerais do imperialismo mundial, ao mesmo tempo em que diferencia essas duas categorias de análise, exige ainda o tratamento de outro aspecto. Com efeito, se as riquezas produzidas mediante superexploração da força dos trabalhadores dos países dependentes e repatriadas aos países centrais puderam promover, nesses últimos, a criação de condições muito superiores de reprodução da força de trabalho – oportunizando a formação do que Lênin chamou de *aristocracia operária*, que contribuiria para amortecer o potencial de luta dos trabalhadores nos países centrais – acontecerá algo muito diferente nas circunstâncias históricas do subimperialismo. Destaca Marini (2012, p. 157),

<sup>12</sup> Conceito elaborado pelo marxista alemão August Thalheimer para caracterizar a reacomodação das rivalidades intercapitalistas em vez do confronto aberto, no pós- 2º Guerra, é apropriado por Marini para caracterizar emergência de subcentros econômicos na divisão internacional do trabalho e a relação deles com os centros imperialistas, bem como caracterizar as contradições internas das frações burguesas no estudo do Brasil (conferir em LUCE, 2011).

<sup>13</sup> Estratégia elaborada pelos Estados Unidos da América (EUA), nova potência surgida do pós- 2º Guerra, que objetivava a contenção de um possível avanço soviético e das ideias comunistas na centroamérica e latinoamérica. A manutenção do alinhamento de toda a América ao domínio estadunidense era fundamental para o escoamento de capitais acumulados naquele país, a obtenção de matérias-primas e de produtos primários a preços baixos e o reforço da região americana contra a expansão do poder irradiado a partir da União Soviética.

[...] ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção.

Esses fatos são compreendidos porque a expansão subimperialista do Brasil se baseia em uma forma específica de exploração dos trabalhadores nacionais, do campo e da cidade, com o objetivo tanto de compensar a remuneração do capital estrangeiro investido na produção, como de produzir mercadorias competitivas no mercado externo. Em síntese, o subimperialismo não pode gratificar o trabalho tendo por base a apropriação de mais-valia gerada nos países vizinhos: a subtração de valor de outras nações pelo subimperialismo é já comprometida com as transferências de valor que a burguesia subimperialista tem de realizar em proveito da burguesia imperialista, que opera em plano mundial. A acumulação e a reprodução do capital nos países subimperialistas exigem, pois, a manutenção da superexploração da força de trabalho e da pobreza absoluta e relativa em escala social.

Nesta seção, apresentamos os traços identitários das categorias do imperialismo e do subimperialismo, bem como suas diferenças específicas. Sem desconhecer a necessidade de aprofundamentos e desdobramentos, situamos as premissas e o contexto que deram base à particularidade do subimperialismo brasileiro. Para avançar na aproximação com a realidade posta no Brasil atual, em seguida, passaremos ao debate sobre a atualidade dessa categoria para o entendimento do Brasil neste século, XXI. Para tanto, e tendo claro que se trata apenas de um debate preliminar, cotejaremos as formulações de Virgínia Fontes (2010) e Mathias Seibel Luce (2007; 2011; 2014).

### **O capital-imperialismo brasileiro: um diálogo com a professora Virgínia Fontes**

A historiadora Virgínia Fontes muito tem contribuído para pensar a configuração do Brasil contemporâneo à luz da teoria marxista do imperialismo, em diálogo necessário com Marini. Em sua importante obra *Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*, publicada em 2010, levanta argumentos sobre as transformações brasileiras das últimas décadas e, principalmente, acerca dos pontos de convergência e divergência com os estudos de Ruy Mauro Marini. Segundo a autora, “as divergências explicitadas [...] com relação à tese de Marini são o fruto do debate de aprendiz com o mestre, do qual ousa discordar, porém sem perder a ternura” (FONTES, 2010, p.15).

Para a autora, as grandes transformações mundiais pós-1945 alteraram significativamente a forma de atuação e organização do imperialismo, que já não seria mais o mesmo teorizado por Lênin. Alguns traços captados pelo revolucionário russo explicitaram-se universalmente e outros sofreram alterações substantivas, com o que advieram novas características no processo de expansão e consolidação do imperialismo em escala mundial. As diferenças percebidas pela autora são expressas já na substituição da categoria Imperialismo por Capital-Imperialismo, em que esta “procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital” (FONTES, 2010, p. 13).

No que se refere à continuidade da nova categoria em relação ao imperialismo, a autora ressalta que as novas determinações do fenômeno:

[...] resultaram da própria disseminação do imperialismo, quando, para além de dominar o planeta, intensificaram-se tanto as lutas sociais quanto a penetração difusa e desigual – porém estreitamente conectada – das relações sociais próprias do capitalismo, a ponto de o capitalismo tornar-se a forma da vida social, de maneira generalizada e profundamente assimétrica. Essa é uma diferença expressiva com relação ao início do século XX, quando a grande maioria da população do planeta vivia no mundo rural e controlava em grande parte seus recursos diretos de existência (FONTES, 2010 p. 13).

Nesse processo, marcado pela exportação de capitais originados dos países centrais com destino aos países periféricos, perseguindo grandes lucros, deu-se a possibilidade de países dependentes, dentro de um quadro complexo de determinações, alçarem-se à condição de capital-imperialistas. Para Fontes, este é o caminho, embora de forma subalterna, que o Brasil contemporâneo vem trilhando.

Embora afirme que “o trabalho de Marini segue tendo um papel matricial” (FONTES, 2010, p. 358), a autora discorda das duas teses centrais que sustentam a formulação do conceito de *subimperialismo*. Em primeiro lugar, discorda da superexploração da força de trabalho como sendo uma característica estrutural e definidora da situação de dependência dos países periféricos. Em segundo lugar, afirma que as mudanças operadas no Brasil, ainda na década de 1970, tornariam problemática a formulação de Marini sobre a existente crise de realização no mercado interno, apontada como uma das causas do avanço do país sobre mercados externos.

Sobre a primeira objeção, Fontes afirma que o fato de a remuneração do trabalho no Brasil ter-se constituído abaixo do valor necessário para garantir a reprodução da força de

trabalho não caracteriza uma exceção dos países periféricos. Segundo ela, o erro de Marini foi não ter em conta que:

[...] se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo (FONTES, 2010, p. 352).

Para a autora, a superexploração da força de trabalho, ou o *truncamento da lei do valor em relação ao trabalho*, “volta-se na atualidade contra as classes trabalhadoras dos países predominantes” (idem, p. 356), não sendo, pois, uma especificidade dos países dependentes, como afirmava Marini.

Fontes enxerga a existência de *formas contemporâneas de superexploração da força de trabalho* em todo mundo desde a década de 1980, que configuram desde os modos de trabalho precarizado, com “o uso capitalista da força de trabalho sem contrato, ou a expropriação do próprio contrato de trabalho, de tal forma que se instaura uma jornada sem limites” (idem, p. 355), passando pela expropriação de direitos sociais e trabalhistas, bem como o uso de parte dos salários de várias camadas dos trabalhadores que, através dos fundos de pensão, são convertidos em capital. Soma-se a isso, a contínua reprodução de exércitos industriais de reserva e a grande mobilidade de capitais em todo mundo, que, permanentemente, contribuem para truncar a lei do valor relacionada à força de trabalho.

Dessa forma, a autora conclui que o truncamento da lei do valor em relação à remuneração do trabalho, ou a superexploração da força de trabalho em Marini, seria, na atualidade, o traço dominante no capital-imperialismo em geral. De acordo com ela,

[...] se a tese de Marini não resolve a especificidade da subalternização da classe trabalhadora brasileira e da produção capitalista no Brasil, *o conceito de superexploração evidencia, entretanto, de maneira forte, um problema de fundamental relevância para a compreensão do capital-imperialismo contemporâneo* (idem, p. 355).

As ponderações de Virgínia Fontes são por demais pertinentes e instigam questionamentos.

Como já definido nesse artigo, em Marini, superexploração da força de trabalho nos países dependentes se configura como premissa de sua inserção na economia mundial, funciona como mecanismo de compensação da transferência de mais-valia que se dá dos países dependentes em direção ao centro e não se trata, pois, de circunstância conjuntural. Na sua objeção a essa tese, Fontes afirma que “situações eventuais (embora dramáticas) de

rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica” (idem, p. 352).

A questão que levantamos é a seguinte: até que ponto essa nova realidade de superexploração da força de trabalho nos países centrais é estrutural e não apenas “situações eventuais (embora dramáticas)” de uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores de todo mundo? Se, de fato, tratar-se de elementos conjunturais, a tese de Marini continuaria válida, levando em consideração que a especificidade analisada por Marini estaria na natureza estrutural das economias dependentes? Se o rebaixamento do preço da força de trabalho em níveis inferiores ao seu valor real for uma característica a marcar as economias centrais e periféricas de forma estrutural, ainda assim a formulação de Marini não teria importante contribuição – a despeito da perda da especificidade diferenciadora dos países dependentes como o Brasil?

Sem pretensão de criar novas dificuldades, invocamos a importante notação feita por Marini no livro *Subdesenvolvimento e Revolução* (nota de pé de página nº 28) no qual o autor abre a possibilidade de a superexploração da força de trabalho ocorrer em países desenvolvidos, porém em caráter excepcional. Assinala Marini,

[...] é possível identificar ainda uma modalidade de aumento da mais-valia que se origina da redução do salário que não corresponde a uma diminuição real do tempo de trabalho necessário. *Este caso tende a ser excepcional nos países avançados, mas tem um caráter generalizado nos países capitalistas dependentes, como o Brasil, onde existe uma situação de superexploração do trabalho.* No texto, apenas para simplificar, toma-se a expressão “mais-valia absoluta” também para designar esta última modalidade (MARINI, 2012, p. 209, grifos nossos).

Dessa forma, parece correto afirmar que a problematização de Fontes (2010) é legítima, mas não se pode olvidar que o próprio Marini já a havia ensaiado. Dito isso, não nos parece que a consideração de que a superexploração da força de trabalho possa ocorrer excepcionalmente em países avançados colida com a teoria do subimperialismo, como se observa pelas próprias palavras de Marini na citação acima.

Quanto à existência de uma crise de realização no mercado interno brasileiro, que deita raízes na cisão da esfera da circulação (esfera alta e esfera baixa), Fontes objeta que:

[...] a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, porém, a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares (FONTES, 2010, p. 357).

Essa objeção parece mais forte e empiricamente fundada quando se toma em conta o Brasil contemporâneo. Com efeito, a consolidação do mercado de capitais e do sistema financeiro brasileiro, somada à vertiginosa expansão do crédito ao consumidor – amplificado, em especial, nos últimos 15 anos, como uma das pilastras do modelo *lulista* –, tem resultado na incorporação de parte significativa dos trabalhadores no consumo de bens duráveis, principalmente por meio do mecanismo do endividamento, que alcançou, em setembro de 2016 – último ano dos governos petistas –, o percentual de 58,2% das famílias brasileiras endividadas, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)<sup>14</sup>. Todavia, deve-se ter em conta que a expansão do crédito e o consequente endividamento das famílias constituem mecanismos conjunturais que não podem ser utilizados no longo prazo.

Concorrem para isso, também, as políticas de isenções fiscais e a ampliação da massa salarial, embora grande parte dos empregos gerados se localizem na faixa salarial de ½ a 3 salários mínimos (SM), bem como a ocorrência de redução dos empregos na faixa salarial acima de 3 SM, o que configura uma clara tendência à precarização do trabalho no Brasil e um nivelamento salarial por baixo (MACÁRIO, 2014).

Por seu turno, a geração de empregos precários tem sido sustentada, em grande medida, à base do incremento da construção civil (com importante indução do financiamento estatal) e das exportações de *commodities* e de bens de baixo valor agregado, passível de sofrer importantes solavancos se falha ou mesmo diminui o investimento estatal e a demanda internacional, como verificado nos últimos anos<sup>15</sup>. Nossa pergunta é, pois, se a incorporação das massas trabalhadoras ao consumo de bens duráveis é um fenômeno conjuntural, facilmente reversível, ou se fora incrustado na estrutura mesma da economia nacional. A observação da dinâmica brasileira atual parece dar razão às ideias de Marini.

Estas ponderações podem ser anunciadas noutra nível de abstração. Com efeito, para Marini, a expansão para o mercado externo seria uma válvula de escape para a produção brasileira impossibilitada de se realizar internamente, em face do mercado nacional restrito. Dessa forma, a expansão contemporânea do crédito ao consumidor, visando incrementar o consumo popular via endividamento dos trabalhadores, não seria um mecanismo de

<sup>14</sup> Disponível em: **58,2% das famílias brasileiras estavam endividadas em setembro, diz CNC** (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/582-das-familias-brasileiras-estavam-endividadas-em-setembro-diz-cnc.html>)

<sup>15</sup> Conferir em: **Construção teve a maior queda no PIB: 5%** (<https://oglobo.globo.com/economia/construcao-teve-maior-queda-no-pib-5-22445089>) e **Ibovespa Futuro zero os ganhos com queda das commodities; dólar sobe e retorna para R\$ 3,24** (<http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/7213151/ibovespa-futuro-zero-ganhos-com-queda-das-commodities-dolar-sobe>)

contratendência da lei identificada por Marini? Se sim, o uso de tais mecanismos não seria, antes de tudo, a confirmação das restrições estruturais do mercado interno que opõem óbices à realização de parcelas do capital investido na produção de bens duráveis e suntuosos? A decisão dos que governam em financiar o consumo popular não seria o atestado formal da contradição estrutural exposta por Marini?

Para ilustrar tais questões, tomemos mais uma importante passagem da obra de Fontes (2010):

O conceito forjado por Marini não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais *internas* ao país, nem das eventuais tensões interimperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital-imperialista chinesa (idem, p. 359).

Para Fontes, “utilizar tal conceito [subimperialismo] envolve admitir as duas premissas centrais que o configuram e que critiquei anteriormente: a escassez de mercado interno e a superexploração como traço estrutural periférico” (ibidem). Por isso, seria mais adequado o uso do conceito *capital-imperialista* para caracterizar o Brasil contemporâneo, pois para ela “o Brasil integra o grupo desigual dos países capital-imperialistas, em posição subalterna” (ibidem), ou seja, sem romper sua condição de dependência. Segundo a autora:

[...] a expansão capital-imperialista brasileira, tanto para dentro quanto para fora do país, não elimina nem reduz a clássica dependência diante de capitais estrangeiros, mas *altera a escala da inserção subordinada, o espaço de reprodução dos capitais aqui sediados e carrega novas exigências políticas internas*. A permanência de uma plataforma subalterna de exportação de capitais convive com alguns setores e empresas altamente competitivos em âmbito internacional (idem, p. 362-363).

É destacado ainda, em sua obra, o importante papel que cumpriu o Estado brasileiro, principalmente via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), para impulsionar essa expansão capital-imperialista do Brasil.

Reafirmamos, novamente, a importância das objeções de Virgínia Fontes para pensarmos as insuficiências que o conceito formulado por Marini, em fins da década de 1960, tem para explicar o Brasil contemporâneo. Ao relativizar essas objeções, no entanto, acreditamos também que o conceito de subimperialismo carrega grandes possibilidades explicativas, se forem construídas as mediações necessárias para operacionalizá-lo e atualizá-lo.

**O subimperialismo como padrão de reprodução do capital: uma conversa com Mathias Seibel Luce**

Seibel Luce tem contribuído imensamente para fazer avançar os estudos sobre o pensamento de Ruy Mauro Marini, particularmente sobre a categoria subimperialismo. Em sua dissertação de mestrado<sup>16</sup>, Luce questiona a integração regional praticada pelo Brasil entre os anos 2003-2007, considerando ser o Brasil uma potência média e inserida em uma área sob forte influência do imperialismo. Sua pesquisa não deixa dúvidas sobre a existência de “um novo subimperialismo brasileiro, passada a ditadura militar e a primeira grande ofensiva neoliberal” (LUCE, 2007, p. 9).

Para tanto, o autor confronta o conceito de subimperialismo com a política do governo Lula e se utiliza do conceito cooperação-antagônica para estudar as relações em matéria de política externa do referido governo com os EUA. A grande contribuição do autor neste trabalho é a construção de uma *escala de alinhamento regional*, sendo este um “modelo interpretativo do subimperialismo brasileiro em perspectiva histórica, a partir das ideias de Sachs e Marini sobre a cooperação antagônica, bem como das conclusões de Morris a respeito das potências médias nos sistemas regionais de poder” (LUCE, 2007, p. 23).

Esta escala de análise tem como objetivo “comparar as formas de inserção ou integração da potência intermediária no sistema regional regido pelo imperialismo” (idem, p. 26). Diante disso, é possível detectar avanços e recuos do subimperialismo mediante a política de cooperação-antagônica, ora prevalecendo a primeira, ora com mais ênfase a segunda. Essa possibilidade de arrefecimento do subimperialismo é baseada na hipótese de *reconversão*, que Luce extrai das obras tardias de Marini. Segundo Marini,

A redemocratização latino-americana insere-se na ofensiva deflagrada pelos Estados Unidos para, fazendo frente à crise internacional que viveu o capitalismo, reestruturar em proveito próprio a economia mundial [...]. Hoje, como ontem, os Estados Unidos estão interessados em restabelecer as bases de uma divisão internacional do trabalho que permita a plena circulação de mercadorias e capitais. A pressão que exercem sobre os países da América Latina vai, assim, no sentido de fomentar o modelo exportador, o que implica, em maior ou menor grau, uma reconversão produtiva que não apenas respeite o princípio da especialização, segundo as vantagens comparativas, mas abra maior espaço ao livre jogo do capital, reduzindo a capacidade intervencionista do Estado (MARINI, 1992, p.15<sup>17</sup> *apud* LUCE, 2007, p. 22).

A reconversão se inseria, então, em uma conjuntura política marcada por maior pressão dos países imperialistas sobre os países intermediários, impondo-se ajustes estruturais

<sup>16</sup>O *subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*, apresentada em 2007 ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>17</sup>MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1992.

e ampliando em larga medida o alinhamento automático. A derrocada das experiências de transição socialista em 1991 e a crise que se abateu sobre os movimentos contestatórios da ordem contribuíram para essa *reconversão*, já que o papel de estabilizar a região, cumprido pelo Brasil desde a década de 1960, não tinha mais a mesma importância. No Brasil, os exemplos desse processo foram os governos neoliberais de Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso, denominado por Luce (2007, p. 30) de integração hierárquica vertical.

Com a eleição de Lula, em outubro de 2002, em um contexto de maior acirramento das lutas na região, de rejeição ao modelo neoliberal e de desgaste da imagem dos EUA, fez-se necessário, mais uma vez, o papel do Brasil de estabilizador da América Latina, mediante o resgate do pacto de cooperação-antagônica com os EUA, de política externa relativamente autônoma e de hegemonia regional, criando as condições para uma retomada do subimperialismo brasileiro. Sobre esta hipótese, o autor explica que:

[...] sob o governo Lula, reedita-se sob novas circunstâncias uma política de *cooperação antagônica* no relacionamento com os EUA, de tal forma a buscar assegurar uma posição de poder relativo menos assimétrica em algumas matérias. Essa maior proatividade na busca de “barganhas” não se restringe ao voluntarismo dos agentes políticos brasileiros, mas encontra correspondência no papel atribuído ao Brasil na estratégia vigente dos EUA para a América Latina (LUCE, 2007, p. 56).

Compreende-se, portanto, que o crescente ativismo do Brasil na América do Sul teve como objetivo a busca da estabilização política, coincidindo com a estratégia dos EUA para a região.

Junto às transformações no que tange à política externa, durante o governo Lula, deu-se uma maior intensificação da internacionalização dos capitais brasileiros, expandidos por toda América Latina, na busca de mercados e matérias-primas que pudessem assegurar maior lucratividade de seus investimentos. Desse modo, o papel do Estado brasileiro tem sido relevante. O principal mecanismo para isso foram as linhas de crédito do BNDES, o que reabre a discussão de Marini (1977) sobre o reforço do aparelho estatal em proveito das burguesias dos países dependentes. Diante disso, Luce (2007) destaca que:

Dessa maneira, o Estado comparece seja para melhor assegurar a reprodução do capital imperialista ali investido, seja para agir em prol de uma autonomia relativa perante os grupos capitalistas estrangeiros, provendo as burguesias locais com os meios dos quais não dispõem, para poderem gozar de uma condição relativamente mais favorável dentro do processo de desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo (idem, p. 55).

O reforço do Estado nacional nos países subimperialistas atua como um instrumento de intermediação, assegurando o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção

subordinados à dinâmica global, imposta pelos grandes centros, ainda que mediante uma política de relativa autonomia externa.

Enquanto Marini formula seu conceito durante a ditadura tecnocrático-militar, em um contexto de Estado fortemente militarizado e intervencionista, Luce nos diz que, com o governo de Lula, o subimperialismo brasileiro se expande e se afirma no continente sul-americano, mediado por políticas de diálogo e construção de consensos. Segundo ele,

[...] o subimperialismo brasileiro sob o governo Lula da Silva, em sua escala adequada ao regionalismo sul-americano, se desenvolveria fazendo prevalecer a esfera do consenso. A novidade dessa dinâmica, na qual segue vigente o mesmo protagonismo das corporações e do Estado, se definiria a partir das diversas políticas em que se anuncia o objetivo da redução das assimetrias no interior do subcontinente. Seria, portanto, um novo subimperialismo, um subimperialismo social-liberal (LUCE, 2007, p. 116)

Além dessa necessária atualização da categoria subimperialismo que sua aplicação contemporânea exige, Luce fez avançar em mais um aspecto a formulação de Marini. Na sua tese de doutoramento<sup>18</sup>, formula a hipótese de que, apesar de Marini construir a referida categoria a partir de uma formação histórica específica – o Brasil das décadas de 1960/1970, sob a ditadura tecnocrática-militar -, existiria no seu pensamento, de forma não desenvolvida, elementos para a elaboração de uma *teoria do subimperialismo* capaz de generalizações que pudessem ser aplicadas ao estudo de outras formações sócio-históricas que não a brasileira. É a esse desafio que o autor se lança.

Partindo do estudo da gênese do subimperialismo e da exegese dos textos de Marini, Mathias Luce (2011) apreende duas condições e quatro variáveis que, de forma combinada, possibilitam a emergência do fenômeno subimperialista. Segundo ele, as condições seriam a composição orgânica média do capital e a política expansionista relativamente autônoma. A partir dessas condições, desdobram-se quatro variáveis: 1) composição orgânica média nacional do capital (presença de certo grau do capital financeiro e de monopólios atuando na economia dependente; 2) esquema tripartite de realização do capital (mercado externo, Estado e capital suntuário); 3) hegemonia em subsistema regional de poder (hegemonia regional); 4) política de cooperação-antagônica de um país dado com relação ao imperialismo dominante. (LUCE, 2011)

A esta sistematização Luce acrescenta mais um elemento que poderia permitir a análise do subimperialismo para além do seu contexto original, que seria a noção de *padrão*

<sup>18</sup>A *teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*, apresentada em 2011 ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS).

*de reprodução do capital*<sup>19</sup>, sistematizada por Jaime Osório (2005), que se configura no “elo perdido para uma teoria global do subimperialismo” (LUCE, 2011, p. 9). Para ele,

[...] o fenômeno subimperialista ocorre quando, na conjunção de suas variáveis, é reativada a dinâmica da valorização, contrarrestando as contradições do capitalismo dependente. Em outras palavras, no contexto das contradições de uma economia medianamente industrializada do capitalismo dependente, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização dão forma subimperialista ao padrão de reprodução do capital (LUCE, 2011, p. 200).

O subimperialismo, portanto, se articula como uma forma do padrão de reprodução do capital, cuja expansão se apresenta como modo de neutralizar as contradições do capitalismo dependente, restaurando a unidade entre produção e realização do valor e assegurando, assim, a reprodução do capital em escala ampliada.

Vemos então que o esforço teórico de Mathias Seibel Luce representa uma grande contribuição ao estudo de Ruy Mauro Marini, possibilitando utilizar o conceito de subimperialismo em outros contextos, não apenas na América Latina, mas também na África e na Ásia.

### **Considerações finais**

Ao relacionar o subimperialismo com a formulação clássica do imperialismo, em especial a de Lênin, verifica-se que, apesar da identidade abstrata, como o fato de se tratarem ambos de economias que chegaram à fase do domínio dos monopólios e do capital financeiro, o subimperialismo guarda particularidades importantes que o torna único: 1) a existência da superexploração da força de trabalho, como um modo particular de extração de mais-valia, mediante a qual uma parte do fundo necessário à reprodução da força de trabalho era sistematicamente apropriada pelo capital, fazendo com o que o trabalho fosse remunerado abaixo de seu real valor; 2) a permanente crise de realização do mercado interno, consequência do traço característico da superexploração do trabalho; 3) a cisão da circulação brasileira, com o surgimento de uma *esfera baixa* de consumo – na qual se reproduzem as amplas massas da população trabalhadora sob condições depauperadas – e uma *esfera alta* – em que prevalece o consumo de prestígio realizado por uma elite muito reduzida; 4) a

<sup>19</sup>Cf. Osório (2005, p. 4): “El Patrón de reproducción del capital apunta a dar cuenta de las formas como el capital se reproduce en períodos históricos específicos y en espacios económico-geográficos y sociales determinados, sean regiones o formaciones económicas sociales. En este sentido la categoría Patrón de reproducción del capital permite establecer mediaciones entre los niveles más generales de análisis y niveles menos abstractos o históricos concretos. De esta forma se alimenta de los aportes interpretativos, conceptuales y metodológicos presentes en los niveles más abstractos, pero que reclama de categorías y metodologías que le son propias”.

necessidade de um esquema específico de realização das mercadorias baseados no reforço e intervenção do Estado nacional, com a construção de grandes obras e financiamento público, o consumo suntuário internamente (esfera alta de circulação) e a expansão para o mercado externo; 5) a impossibilidade de usar os lucros obtidos da exploração no exterior para melhorar o nível de vida dos trabalhadores internamente e amortecer a luta de classes, como o imperialismo fez ao criar uma *aristocracia operária*.

A busca de mercados externos para as mercadorias e, também, para os capitais acumulados nos setores mais avançados da economia brasileira é a manifestação da chegada antecipada da economia local ao estágio do monopólio e do predomínio do capital financeiro. Nesse contexto, a associação subordinada do Brasil ao imperialismo, embora pudesse expressar antagonismos pontuais, criava as condições do subimperialismo.

A internacionalização do capital não implicou no desaparecimento ou mesmo enfraquecimento do Estado nacional nos países dependentes, mas, ao contrário, levou ao reforço deste. O Estado atuaria não apenas na garantia das condições de acumulação de capital, mas também caberia a ele se transforma em um elemento intermediador entre as burguesias locais e o imperialismo.

Investigar como dois estudiosos de marcante presença no cenário intelectual do Brasil contemporâneo – Virgínia Fontes e Mathias Seibel Luce – apropriam-se e aplicam a teoria do subimperialismo teve uma finalidade clara neste estudo: adentrar o qualificado debate que se desdobra hoje em torno da obra de Marini, das suas possibilidades e insuficiências para entender o Brasil do século XXI.

Algumas questões se colocam a partir dessa discussão: dada a expansão do trabalho precário em todo o mundo, fruto da reestruturação produtiva e da crise do capital, é possível ainda afirmar que a superexploração do trabalho é um traço exclusivo e estrutural dos países dependentes? A crise de realização do mercado interno, ou a expansão do consumo popular, via aumento do crédito e endividamento das famílias, que existe hoje no Brasil, é uma realidade insustentável em longo prazo? O debate com Virgínia Fontes e Mathias Seibel Luce pode nos levar a confirmar ou revogar aspectos do pensamento de Marini, sem que, tanto em um caso como no outro, a relevância do estudo seja erodida – pois, neste estudo, tratamos de refletir teoricamente as rotas e os problemas da particularidade dos países dependentes em face da mundialização do capital.

No Brasil contemporâneo, o desmantelamento das grandes construtoras por conta dos crimes de corrupção, bem como a recessão provocada, dentre outros elementos, pela queda dos preços das *commodities*, impactaram fortemente na geração de empregos e terá impacto

negativo também na massa e na taxa salarial. Isso significa que, no momento atual, estão sendo recompostas as condições de separação rígida entre “esfera alta e esfera baixa” da circulação, o que traz à tona, mais uma vez, a grande atualidade do pensamento de Marini.

Essas novas utilizações do conceito de Marini e suas inúmeras polêmicas são apenas dois exemplos de como suas formulações permanecem vivas e provocantes, carecendo, entretanto, de mediações que possam operacionalizar seu uso para o entendimento do Brasil atual. Esse entendimento é necessário para a elaboração de um projeto e de uma estratégia transformadora nesta segunda década do século XXI.

## Referência

CARACANHOLO, M. D.. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. 233 p

DEL ROIO, M. **Breve nota sobre a teoria do imperialismo (1902-1916)**. Novos Rumos, São Paulo, 2007, v. 47, ano 22, p. 33-39, jan/jun. 2007. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2103>>. Acesso em 1º mar. 2018.

DOS SANTOS, T. **A Teoria da Dependência**: Um Balanço Histórico e Teórico. Disponível em:<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod\\_resource/content/1/ateoriadadepe ndencia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod_resource/content/1/ateoriadadepe ndencia.pdf)>. Acesso em 2 mar. 2018.

FONTES, V. **Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010. 384 p.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 171 p.

LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. In: **Revista Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014.

\_\_\_\_\_. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. História de uma categoria. 2011. 225 f. Doutorado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. **O subimperialismo brasileiro revisitado**: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). 2007. 136 f. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Lênin** – um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACÁRIO, E; RODRIGUES JR, N. S. Subimperialismo e particularidade brasileira: a perspectiva de Ruy Mauro Marini. **Revista Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 9, n.17, p. 39-60, 2013. Disponível em <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/400/431>>. Acesso em 28 mar. 2018.

MACÁRIO, E. Neodesenvolvimentismo e Questão Social: reflexões baseadas em dados do Brasil e do Ceará. In: Aurineide Maria da Cunha; Irma Martins Moroni da Silveira. (Org.). **Expressões da Questão Social do Ceará**. 1ed.Fortaleza: Ed Uece, 2014, v. 1, p. 61-92.

MARINI, R.M. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

\_\_\_\_\_. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Cuadernos Políticos n. 12, Ediciones Era, México, abril/junio. 1977. Disponível em <[http://www.marini-escritos.unam.mx/052\\_acumulacion\\_subimperialismo.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html)>. Acesso em 15 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012. 270 p.

MARX, K. **O Capital**. (Os economistas). v.1. São Paulo: Abril Cultural,1983. 301 p.

NETTO, J. P.; BRAS, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. 257 p.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

OSORIO, J. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. In: **Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização** (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.